

PARECER Nº 7/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

Assunto: Oferta Permanente de Concessão - Diretrizes Ambientais - Bacia do Espírito Santo

1. OBJETIVO

O objetivo deste Parecer é analisar as considerações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes, visando à oferta de 15 (quinze) blocos localizados na Bacia do Espírito Santo, em atendimento ao art. 6º, § 2º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017, e observando o estabelecido na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022.

Trata-se da análise das principais recomendações ambientais apresentadas para a oferta das áreas, bem como das eventuais restrições e condicionantes que deverão ser observadas pelos operadores durante o processo de licenciamento ambiental, constantes na Manifestação Conjunta nº 11/2024 MME/MMA.

2. REFERÊNCIAS

- [1] Resolução CNPE nº 17/2017, de 08 de junho de 2017
- [2] Resolução CNPE nº 27/2021, de 09 de dezembro de 2021
- [3] Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, de 22 de março de 2022
- [4] Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ (SEI 4040085)
- [5] Portaria GM/MMA nº 806, de 24 de outubro de 2023
- [6] Ofício Circular Nº 1395/2024/MMA (SEI 4574501)
- [7] Parecer Técnico nº 885/2024/MMA (SEI 4574502)
- [8] Manifestação Conjunta Nº 11/2024 (SEI 4645709)
- [9] Portaria GM/MMA Nº 918, de 29 de dezembro de 2023

3. INTRODUÇÃO

1. A Resolução CNPE nº 17/2017 [1], modificada pela Resolução CNPE nº 27/2021 [2], autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a definir e licitar blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, por meio de ofertas permanentes, à exceção dos campos ou blocos na área do pré-sal e nas áreas estratégicas, que demandam Resolução específica do CNPE.

2. O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 [1] dispõe que o planejamento de outorga de áreas levará em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, com abrangência regional, que subsidiarão o planejamento estratégico de políticas públicas, de modo a dar maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, segundo as melhores práticas internacionais.

3. No caso de áreas para as quais ainda não tenham sido concluídos tais estudos, como as que se pretende incluir na Oferta Permanente de Concessão da Bacia do Espírito Santo, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os procedimentos, critérios e prazos para as manifestações conjuntas foram disciplinadas pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

4. Em relação aos 20 blocos em análise, a ANP solicitou, por meio do Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ [4], apoio institucional do MME para realizar a interlocução junto aos órgãos ambientais competentes e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), de modo a retomar a inclusão de blocos no edital de licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC). Ato contínuo, o MME solicitou ao Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás – GTPEG, criado a partir da Portaria GM/MMA Nº 806 [5], de 24 de outubro de 2023, a elaboração de parecer ambiental **para os blocos indicados na Tabela 1** e representados Figura 1.

Tabela 1 - Relação das áreas em estudo na Bacia do Espírito Santo

Bacia do Espírito Santo	
Setor	Blocos Exploratórios
SES-AP1 (11 blocos)	ES-M-470, ES-M-472, ES-M-523, ES-M-526, ES-M-528, ES-M-530, ES-M-531A, ES-M-588, ES-M-590, ES-M-661, ES-M-663
SES-AP2 (7 blocos)	ES-M-595, ES-M-665, ES-M-737, ES-M-739, ES-M-741, ES- M-789, ES-M-791
SES-AUP3 (2 blocos)	ES-M-745, ES-M-793

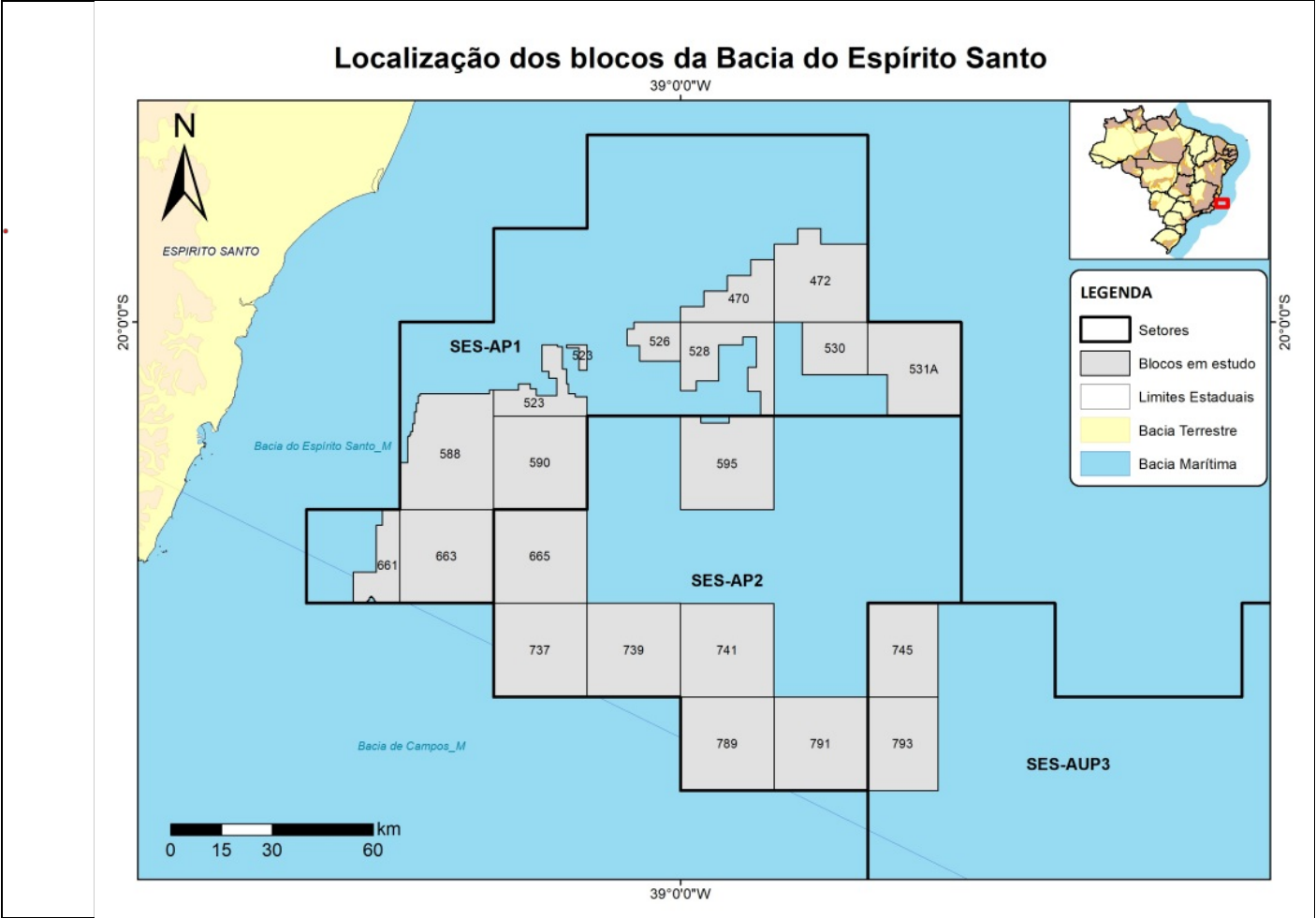


Figura 1 – Mapa de localização dos blocos em estudo na Bacia do Espírito Santo.
Fonte: MC 11/2024 [8], Figura 1, (janeiro/2025).

5. A demanda da ANP foi atendida em 11/12/2024, por meio do Ofício Circular Nº 1395/2024/MMA [6], que encaminhou o Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7] elaborado pelo GTPEG. Em 14/01/2025, a Manifestação Conjunta nº 11/2024 [8] foi assinada pelo MMA e pelo MME,

considerando aptos os 15 blocos localizados na Bacia do Espírito Santo.

6. De acordo com a Resolução CNPE nº 17/2017 [1], não há necessidade de manifestação dos órgãos estaduais de meio ambiente, pois não há blocos em bacias terrestres.

4. ANÁLISE DAS ÁREAS A SEREM OFERTADAS

7. No início do processo de definição de blocos, a ANP realiza uma análise preliminar, visando identificar questões críticas com relação ao estabelecimento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e à conservação do meio ambiente.

8. A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], em seu art. 2º, inciso I, estabelece que, após a definição dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente pela ANP, e em se tratando de bacia sedimentar marítima, faz-se necessário solicitar pareceres ao IBAMA e ao ICMBio e, quando couber, a outros órgãos e entidades da administração pública.

9. Após o recebimento dos pareceres ambientais, a ANP avalia as recomendações específicas de cada órgão ambiental, e realiza eventuais recortes nos blocos para a adequação e/ou exclusões de áreas ambientalmente sensíveis, recomendadas pelos órgãos ambientais.

10. Considerando a localização das citadas áreas, que são objeto de concessão, a serem incluídas no edital da Oferta Permanente, cabe destacar que a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 11/2024 [8] considerou os regramentos aplicáveis da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], (i) art 4º, I, a), que trata da exclusão de áreas com sobreposição de unidades de conservação, (ii) no inciso II, c), que trata da sobreposição com fauna ameaçadas de extinção, (iii) inciso III, que trata do potencial petrolífero, além de eventuais restrições ambientais das áreas e/ou blocos a serem ofertados, bem como os aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados.

11. Os demais critérios estabelecidos pelo art. 4º da Portaria não são aplicáveis à presente análise, por tratarem de aspectos relacionados a áreas e/ou blocos terrestres.

4.1 - Aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados

12. O Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7] destacou que o GTPEG foi reinstalado no âmbito do MMA, pela Portaria GM/MMA nº 806 [5], de 24 de outubro de 2023, com representantes do MMA, IBAMA e do ICMBio. A composição vigente do GTPEG foi estabelecida pela Portaria GM/MMA Nº 918 [9], de 29 de dezembro de 2023, e a avaliação contida no parecer foi resultado do trabalho de integrantes das seguintes entidades e unidades: Ibama, ICMBio, SBIO/MMA, SQA/MMA, SMC/MMA, SBC/MMA e SECEX/MMA.

13. Na análise efetuada pelo GTPEG no Parecer [7], os elementos abaixo foram avaliados. A partir dessa avaliação, GTPEG apresentou suas considerações ao licenciamento ambiental e conclusões sobre as áreas em estudo.

- i) Áreas prioritárias para a Biodiversidade
- ii) Ecossistemas Sensíveis
- iii) Unidades de Conservação
- iv) Espécies ameaçadas de extinção
- v) Recursos Pesqueiros
- vi) Contribuições ao licenciamento ambiental

14. Com relação às **áreas Prioritárias para a Biodiversidade** foram identificadas duas sobreposições: à ZCM-78, chamada de “Banco dos Abrolhos”, estão sobrepostos os blocos ES-M-470, ES-M-472, ES-M-528, ES-M-530 e ES-M-531A; e à ZCM-83, estão sobrepostos os blocos ES-M-531A, ES-M-745 e ES-M-793. As sobreposições mencionadas estão demonstradas na Figura 2.

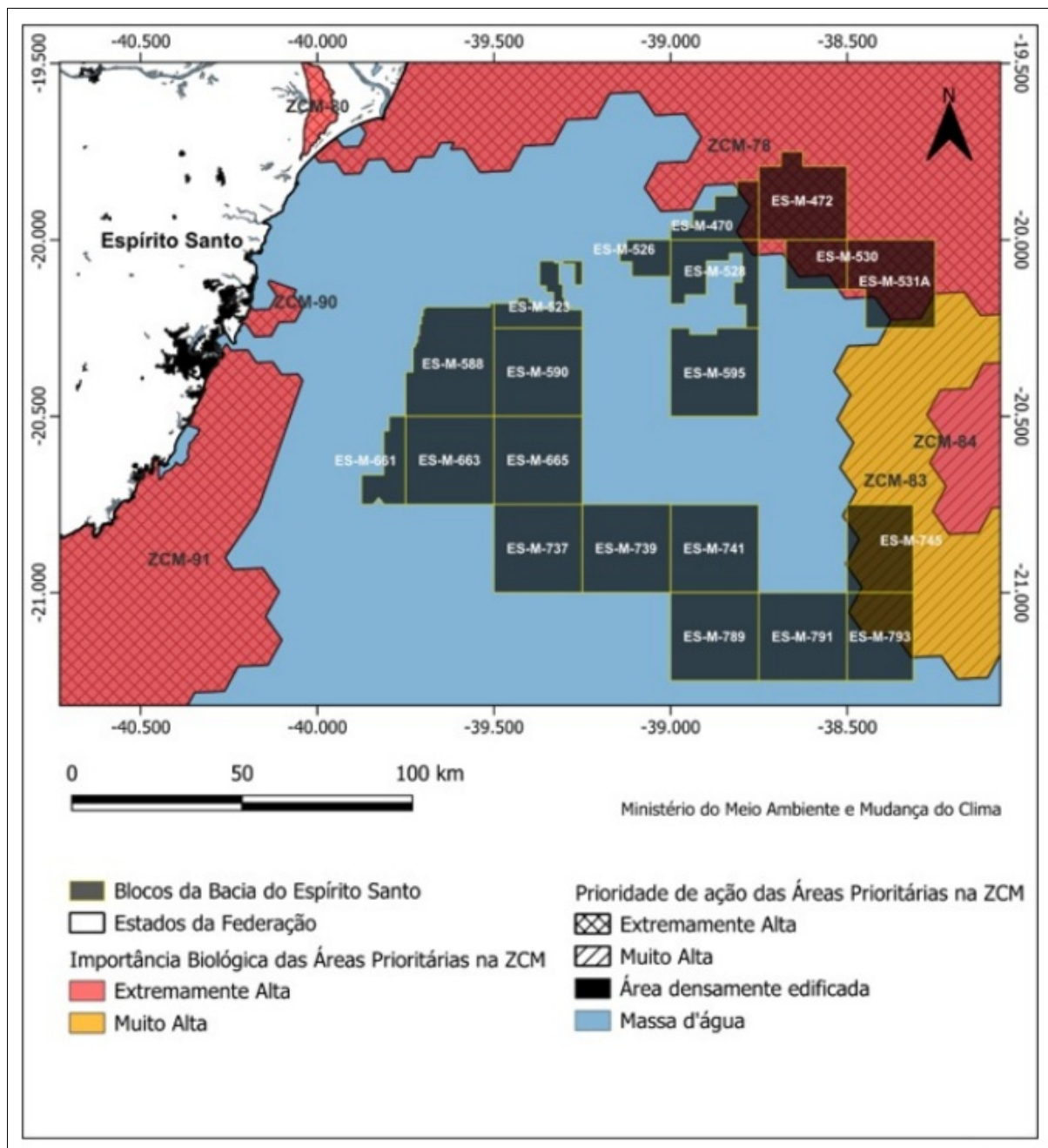


Figura 2 – Sobreposição das áreas em avaliação com Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira.

Fonte: Parecer GTPEG [7], Figura 17 (dezembro, 2024).

15. A ZCM-78 foi classificada como de Importância Biológica Extremamente Alta. Para essa área, as ações indicadas foram: i) Declarar como área não apta para atividades impactantes como exploração de óleo e gás (conforme Portaria Interministerial MME/MMA nº 198/2012); ii) Criação de Unidade de Conservação; iii) Recuperação de áreas degradadas.

16. A área classificada como de Prioridade Extremamente Alta para a implementação das ações indicadas possui diversas espécies de aves, peixes, mamíferos, répteis e invertebrados marinhos ameaçados se alimentam, se reproduzem e vivem nessa área, que também apresenta banco de rodolitos, recifes profundos e mesofóticos, bancos oceânicos, incluindo o importante Banco de Abrolhos, Cadeias e montes submarinos, incluindo a Cadeira Vitória-Trindade, com alta biodiversidade.

17. A ZCM-78 também é parte de área estratégica para diversos Planos de Ação Nacional para a Conservação (PANs) como: PAN Tubarões e Raias, Ambientes Coralíneos, das Tartarugas Marinhas, PAN dos Albatrozes e Petréis, PAN Grandes Cetáceos e Pinípedes, e PAN Pequenos Cetáceos. Nessa área ainda existem três Sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero, dentre eles o Parque Nacional Marinho de Abrolhos.

18. A ZCM-83 foi classificada como de Importância Biológica Muito Alta. Para essa área, as

ações indicadas foram: i) Pesquisa; ii) Reconhecimento internacional; iii) Gestão integrada de Áreas Protegidas: corredor ecológico. A área foi classificada como de Prioridade Muito Alta para a implementação das ações indicadas.

19. Na abordagem dos **Ecosistemas Sensíveis**, o Parecer GTPEG [7] também indicou que há sobreposição de blocos com áreas de especial relevância ecológica, como áreas de talude e de recifes profundos. Há sobreposição de todos os blocos com a EBSA Banco de Abrolhos e Cadeia Vitória-Trindade, conforme destacado na Figura 3.



Figura 3 - EBSA Banco de Abrolhos e Cadeia Vitória-Trindade, e os Blocos analisados na Bacia do Espírito Santo.
Fonte: Parecer GTPEG [7], Figura 18 (dezembro, 2024).

20. O GTPEG coloca ainda que os blocos da Bacia do Espírito Santo estão inseridos em um importante local entre o Banco dos Abrolhos e a Cadeia Vitória-Trindade. Os blocos estão sobrepostos a talude, recifes profundos, conforme ilustrado na Figura 4.

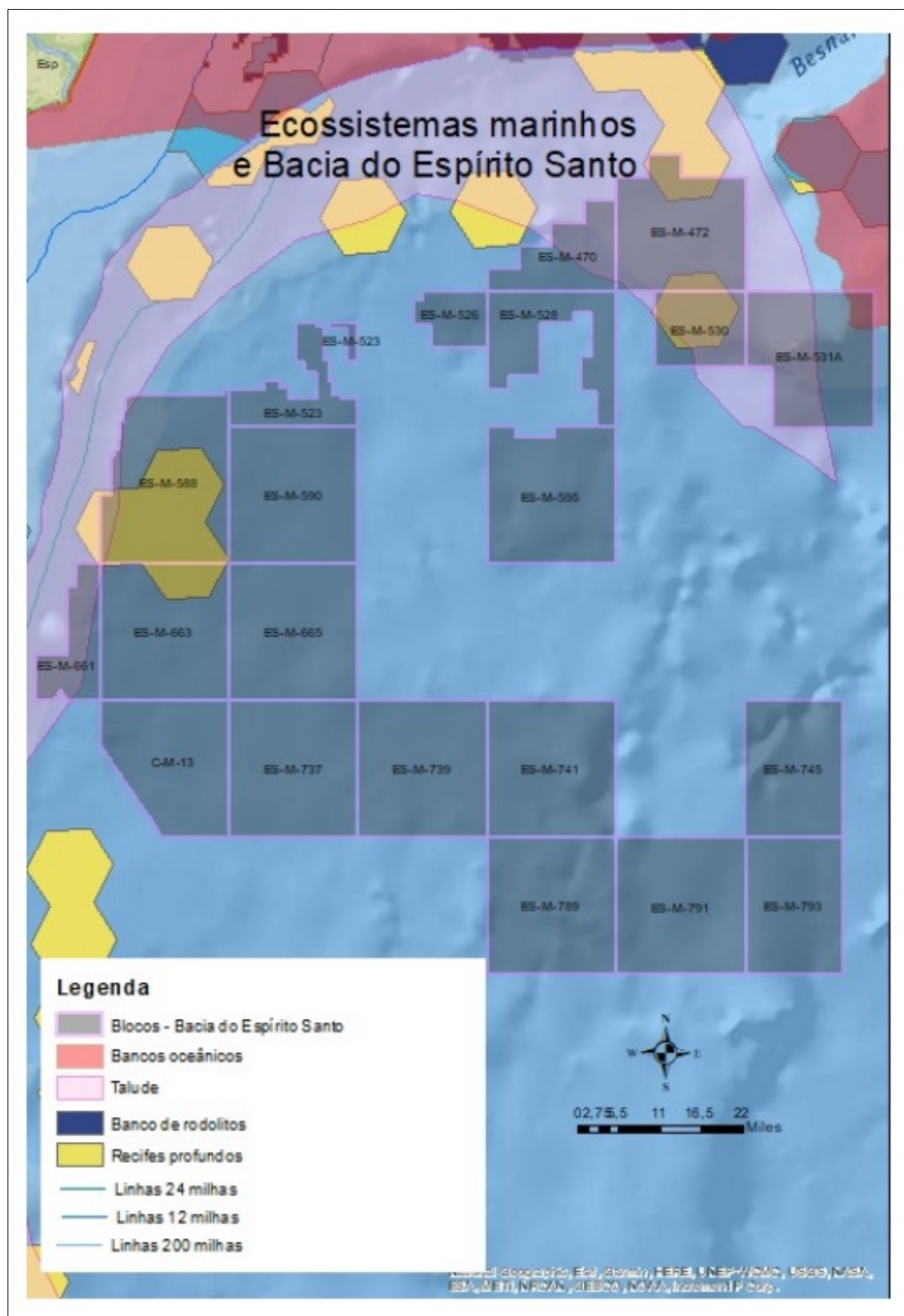


Figura 4 - Ecossistemas sensíveis e os Blocos analisados na Bacia do Espírito Santo.
Fonte: Parecer GTPEG [8], Figura 19 (dezembro, 2024).

21. Com relação à análise de sobreposições dos blocos em estudo com **Unidades de Conservação**, foram identificadas sobreposições dos blocos ES-M-470, ES-M-472, ES-M-528, ES-M-530 e ES-M-531A com a proposta de criação da UC Banco de Abrolhos (Setor SES-AP1), que se encontra em etapa analítica na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação do ICMBio, e foi considerada prioritária para finalização até o ano de 2026, conforme apresentado na Figura 5.

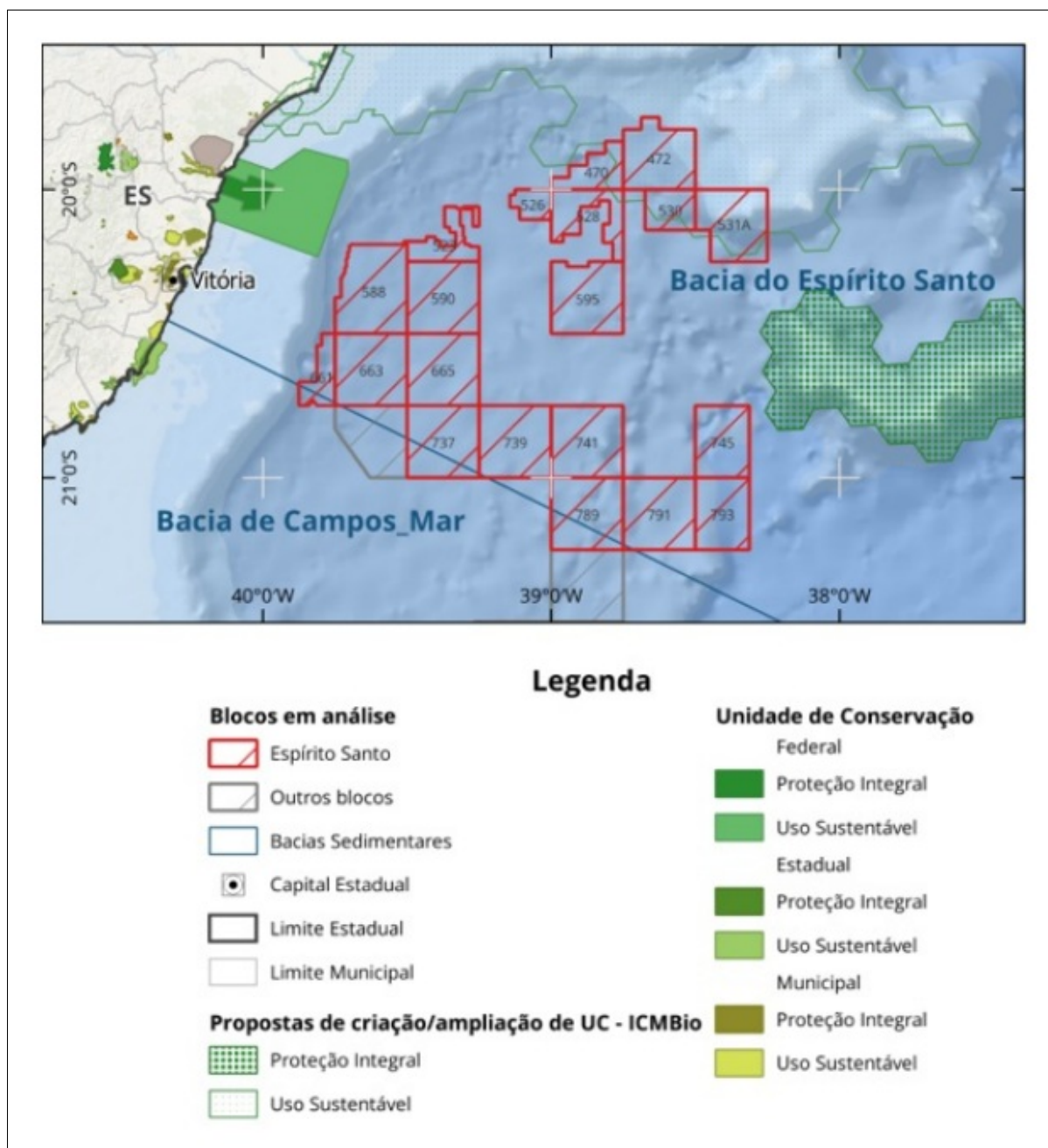


Figura 5 - Sobreposição dos blocos marítimos do Espírito Santo com proposta de criação da Unidade de Conservação Banco de Abrolhos.

Fonte: Parecer GTPEG [8], Figura 20 (dezembro, 2024).

22. Com relação à sobreposição das áreas em estudo com ocorrência de espécies da **fauna ameaçada de extinção**, a análise teve como base o Plano de Redução de Impactos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira (PRIM-PGMar).

23. Da avaliação da sobreposição das áreas em estudo com o mapa produzido pelo PRIM-PGMar, apresentado na Figura 6, o parecer identificou compatibilidade baixa ou muito baixa para os blocos ES-M-470, ES-M-472, ES-M- 523, ES-M-526, ES-M-528, ES-M-530 e ES-M-531A. Há, ainda, sobreposição dos blocos com áreas de ocorrência de 94 espécies ameaçadas de extinção, incluindo as categorias “Críticamente em Perigo” (18), “Em Perigo” (27) e “Vulnerável” (37).

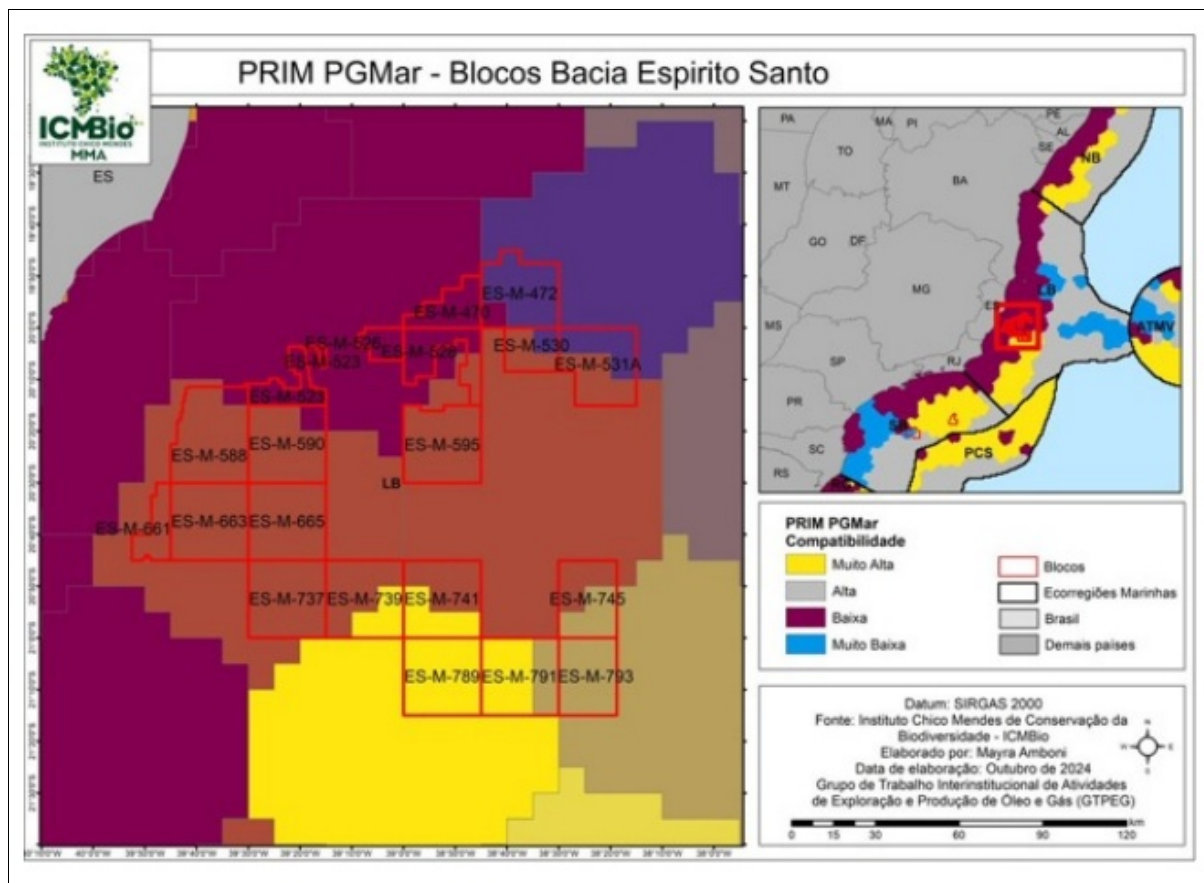


Figura 6 - Mapa de Compatibilidade entre a EPP&G e a Conservação da Biodiversidade, e blocos em estudo da Bacia do Espírito Santo.

Fonte: Parecer GTPEG [8], Figura 22 (dezembro, 2024).

24. A análise quanto aos **recursos pesqueiros** foi baseada na presença de atividades de pesca no interior dos 20 blocos, entendendo que o registro de pescarias é um indicativo da presença de recursos pesqueiros. Os dados utilizados para a análise foram retirados da plataforma da Global Fishing Watch – GFW. O Parecer [7] aponta que há sobreposição com importantes áreas de pesca, notadamente nos blocos ES-M-470, ES-M-472, ES-M-530 e ES-M-531A, área de ocorrência da espécie *Aristaeopsis edwardsiana* (Camarão-carabineiro), e no bloco ES-M-661, situado em área de quebra de talude e intensa atividade pesqueira artesanal.

25. Em **contribuição aos futuros licenciamentos ambientais**, foi colocado que:

129. A bacia do Espírito Santo possui atividade consolidada de exploração e produção de petróleo e gás, mas os blocos propostos pela ANP ampliam a abrangência potencial dos impactos da indústria para áreas sensíveis do ponto de vista ambiental.

130. A região de águas profundas ora proposta é influenciada pelo Vórtice de Vitória, que torna a modelagem de derramamentos de óleo bastante desafiadora. A perspectiva de vazamentos de óleo em região tão próxima do Banco de Abrolhos e da Cadeia Vitória-Trindade é um risco que precisa ser avaliado com extremo rigor no licenciamento ambiental nos blocos que eventualmente venham a ser ofertados e adquiridos. Isso pode significar a necessidade de obtenção de dados oceanográficos primários e o desenvolvimento de bases hidrodinâmicas robustas, capazes de fornecer maior segurança aos modelos de dispersão de óleo na região.

131. Para o licenciamento ambiental nesses blocos, é importante que se considere a presença do talude, de recifes profundos e mesofóticos e bancos oceânicos na área do empreendimento. Esses são ecossistemas muito produtivos e essenciais para manter a saúde do oceano e o fornecimento de seus serviços ecossistêmicos e, em um cenário atual de emergência climática, esses ambientes precisam ser preservados. A atividade de petróleo e gás deve buscar tecnologias e práticas que não degradem esses

ambientes.

132. A região também abriga significativa atividade pesqueira artesanal, especialmente nas áreas próximas à quebra do talude e aos montes submarinos. Há histórico de conflitos entre a pesquisa sísmica marítima e a pesca do Dourado (*Coryphaena hippurus*) na região. O licenciamento ambiental deverá considerar essas atividades de maneira específica no processo de avaliação de impactos ambientais.

133. Para eventuais processos de licenciamento ambiental dos blocos é importante que se considere a presença do talude, de recifes profundos e mesofóticos e bancos oceânicos na área do empreendimento. Esses são ecossistemas muito produtivos e essenciais para manter a saúde do oceano e o fornecimento de seus serviços ecossistêmicos e, em um cenário atual de emergência climática, esses ambientes precisam ser preservados. A atividade de petróleo e gás deve buscar tecnologias e práticas que não degradem esses ambientes, como os bancos de algas calcárias. O licenciamento ambiental deverá exigir mapeamentos prévios com dados primários e não será permitida perfuração direta sobre essas comunidades bentônicas.

134. Ressalta-se que a viabilidade ambiental da exploração e produção de petróleo e gás em qualquer área depende das condições específicas de cada projeto a ser elaborado. Como exemplo, empreendimentos que envolvam cenários acidentais com alta probabilidade de toque em áreas ambientalmente sensíveis podem ter sua licença ambiental indeferida caso não se mostrem capazes de proteger efetivamente tais áreas. Para tanto, os Planos de Emergência Individuais dos empreendimentos devem contemplar análises de vulnerabilidade com especial atenção às Unidades de Conservação e às espécies ameaçadas presentes na área. Poderão ser exigidos recursos adicionais aos recursos mínimos previstos na Resolução CONAMA nº 398/08.

135. Outro ponto importante que deve ser destacado é que o Planejamento Espacial Marinho do Brasil está em desenvolvimento, e os estudos técnicos do Sudeste podem trazer diretrizes e um plano de gestão muito importante para as áreas analisadas nesse parecer. No momento do leilão dessas áreas ou posterior licenciamento ambiental, as diretrizes do PEM Brasil devem ser consideradas.

26. Em sua **conclusão sobre a Bacia do Espírito Santo**, o Parecer Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7] ressalta que:

- Há sobreposição com 2 áreas prioritárias para a biodiversidade, ZCM-78 e ZCM-83. Na área ZCM-78, com a qual estão sobrepostos os blocos ES-M-470, 472, 528, 530, 531A, há indicação de criação de unidades de conservação e explícita menção à não-aptidão a atividades de petróleo e gás.
- Há sobreposição de blocos com áreas de especial relevância ecológica, como áreas de talude e de recifes profundos. Há sobreposição de todos os blocos com a EBSA Banco de Abrolhos e Cadeia Vitória-Trindade. Há também preocupação quanto à ameaça potencial da atividade petrolífera ao Banco de Abrolhos e à Cadeia Vitória-Trindade em caso de vazamentos de óleo, descarte de efluentes e introdução de espécies exóticas.
- Há sobreposição dos blocos ES-M-470, 472, 528, 530 e 531-A com proposta prioritária de criação de unidade de conservação Banco de Abrolhos.
- Há sobreposição com áreas de ocorrência de 94 espécies ameaçadas de extinção, incluindo as categorias “Criticamente em Perigo” (n=18), “Em Perigo” (n=27) e “Vulnerável” (n=37). O PRIM-PGMar identificou compatibilidade baixa ou muito baixa para os blocos ES-M-470, 472, 523, 526, 528, 530 e 531A.
- Há sobreposição com importantes áreas de pesca, notadamente nos blocos ES-M-470, 472, 530 e 531A, área de ocorrência da espécie *Aristaeopsis edwardsiana* (Camarão-carabineiro), e no bloco ES-M-661, situado em área de quebra de talude e intensa

atividade pesqueira artesanal.

27. Finalizando o Parecer [7] coloca:

“Em síntese, o GTPEG recomenda, para a bacia do Espírito Santo, a exclusão de 5 blocos (ES-M-470, ES-M472, ES-M-528, ESM-530 e ES-M-531-A) e nenhuma adequação para 15 blocos.”

4.2 - Análise de Sobreposição

28. Na Manifestação Conjunta [8] foi considerada a análise de eventual sobreposição com unidades de conservação, áreas prioritárias para a biodiversidade, ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção e com importantes áreas de pesca, realizadas pelo GTPEG no Parecer Técnico [7], não se aplicando as demais análises de sobreposições através de geoinformações indicadas na Portaria [3], por se tratar de ambiente marítimo.

4.3 - Potencial Petrolífero

29. O MME informou que, para elaboração da seção relativa ao potencial petrolífero, na Manifestação Conjunta [8], foi utilizado como referência o Sumário Geológico da Bacia do Espírito Santo, elaborado pela Superintendência de Avaliação e Geológica e Econômica (SAG) em 2021, disponível [neste link](#).

4.4 - Conclusão da Manifestação Conjunta

30. Antes da conclusão da Manifestação Conjunta 11/2024 [8], MME e MMA informam que da análise dos comentários e recomendações apresentados pelo GTPEG, foram efetuadas recomendação de exclusão dos blocos ES-M-470, ES-M472, ES-M-528, ESM-530 e ES-M-531A, e que 15 blocos da Bacia do Espírito Santo foram considerados aptos e estão em condições de serem ofertados conforme apresentado na Tabela 2 e na Figura 7.

Tabela 2 - Blocos exploratórios considerados aptos Bacia do Espírito Santo.

Bacia do Espírito Santo	
Setor	Blocos Exploratórios
SES-AP1 (6 blocos)	ES-M-523, ES-M-526, ES-M-588, ES-M-590, ES-M-661, ES-M-663
SES-AP2 (7 blocos)	ES-M-595, ES-M-665, ES-M-737, ES-M-739, ES-M-741, ES- M-789, ES-M-791
SES-AUP3 (2 blocos)	ES-M-745, ES-M-793

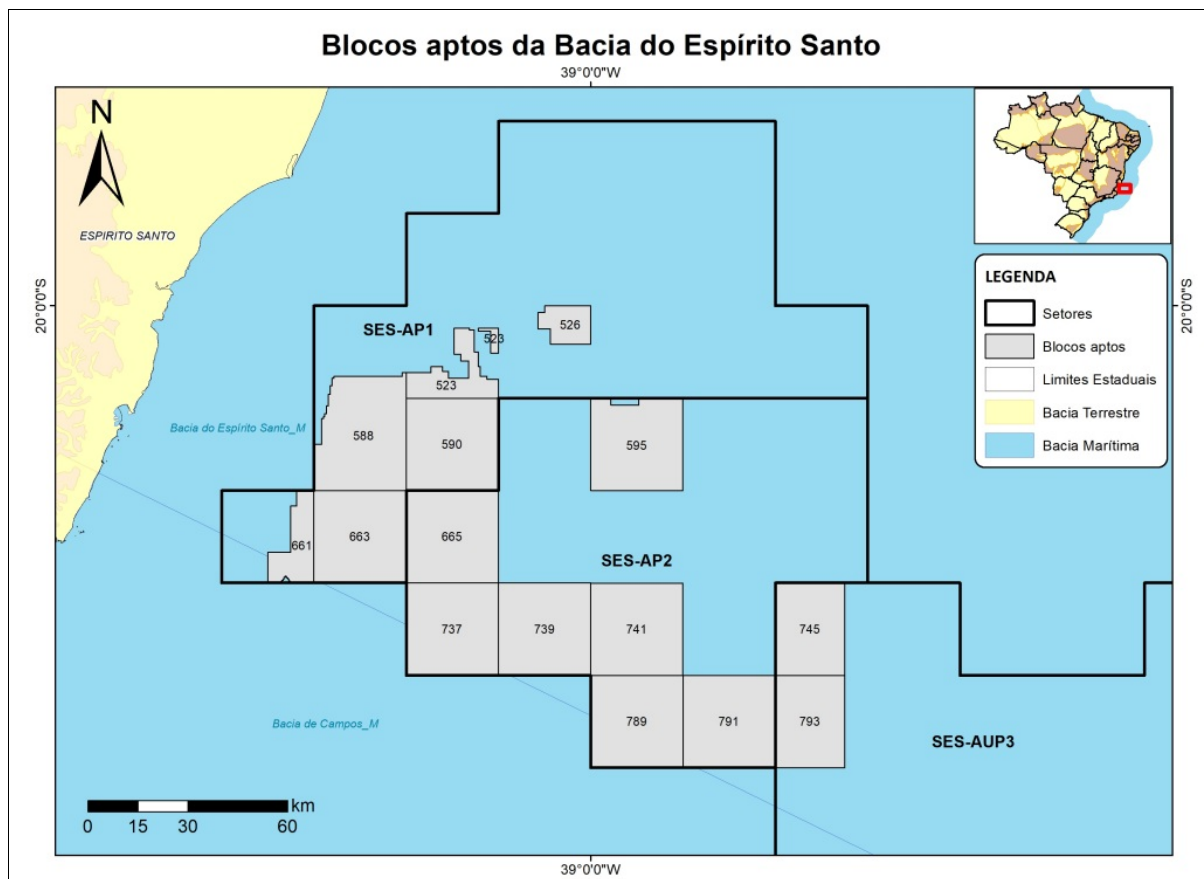


Figura 7 - Blocos exploratórios considerados aptos na Bacia do Espírito Santo.
Fonte MC 11/2024- MME/MMA [8], Figura 7 (janeiro/2025).

31. Na conclusão Manifestação Conjunta 11/2024 [8] consta que:

“Após análise conjunta, seguindo os procedimentos, prazos e critérios estabelecidos na Portaria Interministerial nº 01/2022 [2], o MME e o MMA consideram aptos e concordam com a inclusão dos 15 (quinze) blocos da Bacia do Espírito Santo, situados nos setores SES-AP1, SES-AP2 e SES-AUP3, conforme apresentado na Tabela 2 e Figura 7, no âmbito da Oferta Permanente de Áreas para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, em observância à legislação aplicável.”

4.5 - Diretrizes Ambientais

32. As informações dos pareceres, usualmente chamadas de “Diretrizes Ambientais”, são fundamentais para que as empresas interessadas possam propor Programas Exploratórios Mínimos compatíveis com a sensibilidade ambiental dos blocos e, por esse motivo, são divulgadas durante as Audiências Públicas, e disponibilizadas no site da ANP com as demais informações sobre os procedimentos de oferta de áreas, bem como no Pacote de Dados.

33. Com base nas informações relatadas acima, podemos afirmar que a documentação apresentada pelo GTPEG, e a Manifestação Conjunta Nº 11/2024 [8], estão em conformidade com os requisitos definidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

5. CONCLUSÃO

34. Com base no Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7] elaborado pelo GTPEG, que recomendou a exclusão de cinco blocos, corroborado pela Manifestação Conjunta Nº 11/2024 MMA/MME [8]. Assim, a ANP está apta para ofertar os 15 blocos, localizados na Bacia do Espírito Santo, conforme apresentado na Tabela 2 e na Figura 7, observados os comentários e recomendações apresentadas ao longo do Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7].



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE MARCELO PEREIRA, Agente Público S/CCT**, em 10/02/2025, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO VITALI, Especialista em Regulação**, em 10/02/2025, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA GODOY MARTINS CORREA, Coordenadora Geral de Meio Ambiente**, em 10/02/2025, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4694780** e o código CRC **45CF672D**.